

As vias do crescimento, segundo o Ipea

Economia Brasil

A economia brasileira poderá crescer mais do que os 3,5% a 4%

previstos para este e para o próximo ano, se o governo e o Congresso concluírem as reformas pendentes e começarem a trabalhar numa nova pauta de modernização. Esta mensagem é o comentário mais importante que acompanha as novas projeções, moderadamente otimistas, divulgadas na quinta-feira pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), vinculado ao Ministério do Planejamento.

Os técnicos do Ipea revisaram de 3,4% para 3,5% a projeção de crescimento econômico deste ano. A estimativa poderia ser mais otimista, se o cenário externo fosse mais favorável. A grande alta dos preços do petróleo introduziu muita incerteza no quadro econômico internacional, antes de começar a ser revertida com a última decisão da Opep. O aumento de juros nos Estados Unidos também traz alguma insegurança, embora não se espere, por enquanto, mais que uma elevação gradual e moderada.

Sem esses fatores, seria possível projetar uma expansão para o Produto Interno Bruto (PIB) na faixa de 3,8% a 4%, segundo o diretor de Es-

tudos Macroeconômicos do Ipea, Paulo Levy.

Não há o que o Brasil possa fazer em relação a esses fatores, mas há uma importante agenda interna que permanece incompleta. A política de metas de inflação, o câmbio flutuante e a austeridade fiscal são compatíveis com um crescimento econômico de 4% ao ano, segundo a análise divulgada pelo Ipea. Mas é preciso buscar taxas mais altas de expansão.

Para isso, é preciso fazer crescer mais velozmente o produto potencial da economia, isto é, o limite dentro do qual a atividade econômica pode evoluir. Em outras palavras, é necessário alargar o campo de jogo.

A solução, explicam os técnicos, só pode ser dada por "um amplo conjunto de políticas para assegurar um horizonte de longo prazo às decisões de investimento".

Essa pauta é ampla e bem conhecida. Inclui a ampliação da reforma da Previdência, para garantir o equilíbrio fiscal de longo prazo, a continuação da reforma tributária, a reforma trabalhista, a definição dos marcos regulatórios para infra-estrutura e as mudanças nas leis de falências e no sistema de garantias de crédito.

Algumas dessas mudanças estão em exame no Con-

gresso Nacional. Outras, como a reforma trabalhista, dependem de projetos ainda nem formulados.

Há o risco, no entanto, de que as medidas em tramitação no Congresso não sejam todas aprovadas neste ano. Já se admite como altamente provável, por exemplo, que o projeto das Parcerias Público-Privadas (PPP) seja convertido em lei só em 2005. Isso pode resultar no atraso, ou até no abandono, de planos de investimento em obras de infra-estrutura.

Algumas dessas obras podem ser essenciais para eliminar gargalos e ampliar o potencial de crescimento. A indefinição a respeito das PPP e de outros dispositivos pode paralisar decisões de valor estratégico.

Nessas condições, é difícil imaginar que o investimento bruto possa ser muito maior. Segundo a nova projeção, o setor privado e o governo investirão neste ano o equivalente a 19,7% do PIB. Houve uma razoável melhora em relação à estimativa anterior, 18,5%, divulgada em março.

Esse novo cálculo envolve o reconhecimento de que, ape-

sar de todas as dificuldades, segmentos importantes do setor privado acreditam nas possibilidades do País e cuidam de se reequipar. O desempenho do setor de máquinas é um dado animador, porque o aumento da produção tem sido sustentado não só pela exportação crescente, mas também pelas vendas no mercado interno.

Mesmo sem a aprovação das reformas pendentes, o investimento ainda poderia crescer, se fosse dada maior atenção à construção civil, um setor

que pode criar muitos empregos e pouco utiliza insumos importados. Também nessa área, no entanto, os indicadores de desempenho têm melhorado.

Os técnicos do Ipea também elevaram a inflação prevista – para 6,5%, ainda perto da meta oficial de 5,5% – e os juros estimados para o fim do ano, para 15,5% e não mais 14,4%. Diante das novas incertezas, o Banco Central tende a permanecer, segundo avaliam, conservador. Será bom que se enganem nessa avaliação, já que ainda haverá espaço, provavelmente, para uma redução maior dos juros básicos.

Falta criar um ambiente seguro para estimular as decisões de investimento

* 7 JUN 2004

O ESTADO DE SÃO PAULO